



PROCEDIMENTO CONCURSAL COMUM PARA A CONSTITUIÇÃO DE RELAÇÃO JURÍDICA DE EMPREGO PÚBLICO EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO PARA UM POSTO DE TRABALHO DE ASSISTENTE OPERACIONAL DA CARREIRA GERAL DE ASSISTENTE OPERACIONAL, ÁREA PROFISSIONAL AUXILIAR ADMINISTRATIVO, CONFORME CARACTERIZAÇÃO NO MAPA DE PESSOAL

#### ATA N.º 4

1. Aos nove dias do mês de maio do ano dois mil e dezasseis, reuniram os elementos do júri nomeados para a contratação na modalidade de relação de emprego público por tempo indeterminado de um Assistente Operacional da carreira geral de Assistente Operacional, área Auxiliar Administrativo, estando presentes: o presidente, Dr. José Alberto Arêde Negrão, Técnico Superior e os vogais efetivos: Dr. Sérgio Emanuel Mamede Fernandes, Técnico Superior, que substituirá o Presidente do Júri nas suas faltas e impedimentos e Dr.ª Maria Isabel Santos Cruz, Técnica Superior.

2. A reunião destinou-se proceder à marcação do 1.º método de seleção de acordo com o disposto no artigo 32.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril.

3. Tendo em conta a análise das candidaturas, o júri deliberou, aplicar o 1.º método de seleção, Prova de Conhecimentos, conforme a ata n.º 1, e o ponto 11 do aviso de abertura que define os métodos de seleção, a todos os candidatos admitidos em sede de apreciação de candidaturas:

- Alexandra Margarida Ribeiro da Silva;
- Ana Catarina Claro Bento Santa Rita;
- Ana Cristina Alves Rodrigues Ferreira;
- Ana Cristina Ribeiro Simões Torres;
- Ana Luisa Moreira Fresco Ângelo;
- André Filipe Correia Aleixo;
- António Mendes Dias;
- Cândida Margarida Ferreira Matos França;
- Carla Alexandra Lopes Morais Duarte;
- Daniela Filipa Arcanjo Pinho;



- Daniela Maria Miguéns Guerreiro;
- Diana Marisa Miranda Soares;
- Eduardo Miguel Clemêncio Neto;
- Elisabete Maria dos Santos;
- Elisabete Maria Saltão Barbosa;
- Elisabete Santos de Almeida;
- Elisabeth Machado Bucete;
- Eloisa Ferreira Tinoco;
- Fernando Pedro China Mateus Verissimo;
- Filipa Isabel Lucas Rama;
- Francisco José Galvão Nascimento Seródio;
- Gina Maria Jorge de Oliveira;
- Gina Milénia dos Santos Oliveira;
- Guida Maria Soares Jerónimo;
- Joana Margarida Amaral Reis dos Santos;
- Karla Sofia de Almeida Milheiro;
- Laura Maria Santos Freitas;
- Lénia Catarina Rato Monteiro;
- Liliana Domingues;
- Lúcia Maria Bernardino de Matos;
- Lúcia Sofia Oliveira Silva;
- Luís Eduardo da Cruz Vinhas;
- Manuel António Rodrigues Ângelo;
- Margarida Isabel da Conceição Estevão de Carvalho;
- Maria Alina de Almeida Mesquita;
- Maria Amélia Ferreira Trindade;
- Maria de Fátima de Oliveira Nogueira Barandas;
- Maria Inês de Jesus Sarilho;
- Maria Inês de Oliveira Faria;
- Nádia Carina Gomes Verissimo;
- Natália Maria Samelo Neto Francisco;



- Nelson Pedro Jesus Estevão;
- Nuno Miguel Dordio Zêzere;
- Nuno Miguel Fontes Ferreira Santos Epifânio;
- Paula Cristina Carvalho de Sousa Caetano Lobo;
- Paula José Mendes Azeiteiro;
- Raquel Ferreira Farias;
- Ricardo Jorge Barbosa Camelo;
- Ricardo Manuel Ramos Batista;
- Ricardo Manuel Silva Costa;
- Ricardo Nolasco Ferreira Estima;
- Rita Daniela Sousa Bessa;
- Rosa Maria Nunes Cipriano Monteiro;
- Rudolfo Manuel Galvão Salgado;
- Rute Miriam Martins Pinto Neto;
- Sabrina Micaela Sebastião Castilho;
- Sandra Filipa Fernandes Ferreira;
- Sandra Isabel Mendes da Ascensão Cardoso;
- Sandra Maria Jesus Oliveira;
- Sara Maria Gomes Brado;
- Sónia Cristina de Miranda Mendes;
- Susana Catarina Lourenço Carnim de Melo;
- Tânia Filipa Antunes Duarte;
- Tânia Raquel dos Santos Correia;
- Telma Ferrer Sales;
- Viviana Gomes Ribeiro Cortesão.

4. Conforme disposto no ponto 12.4 do Aviso de Abertura publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 29 de 11 de fevereiro de 2016, o programa da Prova de Conhecimentos escrita, incide sobre a seguinte legislação:

- Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias

*[Handwritten signatures]*



locais e para as entidade intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico;

- Lei n.º 35/2014, de 20 de junho - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP);

- Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro - Código do Procedimento Administrativo;

- Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro - Regime Financeiro da Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais na sua atual redação;

- Decreto-lei n.º 54-A/1999, de 22 de fevereiro – POCAL.

5. Mais deliberou o júri, convocar por ofício registado, os candidatos aprovados para a realização da Prova de Conhecimentos, no dia 27 de maio de 2016, pelas 10,00 horas, no Auditório da Biblioteca Municipal de Cantanhede, situado na Rua dos Bombeiros Voluntários na cidade de Cantanhede.

**6. Todas as deliberações foram tomadas por unanimidade e votação nominal (artigo 23.º, n.º 1, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro).**

Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata que depois de lida e achada conforme vai ser assinada por todos os membros do júri.

A presente ata fica desde já disponível para consulta pelos interessados.

\_\_\_\_\_  
José Albuquerque  
\_\_\_\_\_  
Júri  
\_\_\_\_\_  
Isabel de